Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.

Aviso n.º 24515/2011

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, por força do disposto no artigo 73.º e do n.º 1 do artigo 76.º do Regime, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, em conjugação com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro, e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 2 de Março, declara-se que a trabalhadora Ana Isabel Duarte Charrua Guerreiro concluiu com sucesso o seu período experimental na carreira/categoria de assistente técnico, de acordo com processo de avaliação, elaborado nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo o tempo de duração contado para efeitos da actual carreira e categoria.

13 de Dezembro de 2011. — O Director do Instituto dos Museus e da Conservação, *João Pires Brigola*.

205479346

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinetes do Primeiro-Ministro e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 17152/2011

Considerando que se encontra em curso o processo reorganizativo dos Serviços e demais entidades do Ministério, decorrente da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho, e a necessidade de, entretanto, se garantir o regular e normal funcionamento dos serviços;

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 1 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro:

1 — É nomeado o licenciado Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira, para exercer, em regime de substituição, o cargo de director-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

2 — A presente nomeação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2011.

16 de Dezembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Curriculum Vitae

1 — Elementos de identificação:

Nome: Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira.
Data de Nascimento: 16 de Fevereiro de 1963.
Naturalidade: Lisboa.

2 — Habilitações literárias — licenciatura em Engenharia Agronómica, pelo Instituto Superior de Agronomia, concluído em 1989.

3 — Carreira e actividade profissional:

Iniciou funções na área da economia agrária, em contrapartida à Cooperação Luso-Alemã, onde participou na elaboração dos estudos agro-sócio-económicos de vários aproveitamentos hidroagrícolas;

Desempenhou de 1999-2002 o cargo de Chefe de Divisão de Análise de Projectos e Expropriações do ex-IHERA e do ex-IDRHa;

Desempenhou de 2002-2007 o cargo de Director de Serviços de Planeamento e Ambiente do ex-IDRHa;

Desempenha desde 2007 o cargo de Chefe de Divisão de Planeamento do Regadio e de Solos da DGADR;

Participou na operacionalização dos Programas Comunitários PEDAP e PAMAF, AGRO e PRODER (onde integrou o Grupo de reflexão Estratégica), na área do regadio e infra-estruturas agrícolas, em que foi co-autor nos documentos de planeamento e estratégia;

Coordenou e ou colaborou na elaboração de Estudos e Planos Estratégicos ao nível da Agricultura, Ordenamento, Ambiente, Desenvolvimento

Rural, Água, Regadio e Recursos Naturais, em contrapartida a entidades nacionais, estrangeiras ou em apoio à actividade governativa;

Integrou por nomeação Grupos de Trabalhos na área do Ambiente e Ordenamento, tais como os referentes à elaboração do PNPOT, PROT, PMOT, PEOT, Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Plano Nacional da Água, Plano Nacional de Regadios (1.ª fase), Programa Sectorial Agrícola do Mira, revisão da Lei do Solo, Revisão do Regime da RAN, Regime Jurídico dos Aproveitamentos Hidroagrícola, entre outros;

Coordenou e colaborou na elaboração de estudos estratégicos na área do Planeamento, Ambiente e Ordenamento em contrapartida a entidades nacionais e estrangeiras ou em apoio à actividade governativa. Coordena o SIR — Sistema de Informação do Regadio.

205483799

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças

Despacho n.º 17153/2011

Considerando que a Caixa Geral de Depósitos, S. A., pretende emitir um empréstimo obrigacionista, até ao montante de EUR 2 800 000 000, destinado a preservar a carteira de títulos elegíveis para utilização em operações de política monetária do BCE e assegurar a manutenção da sua actividade normal de concessão de crédito à economia;

Considerando que o referido empréstimo, concedido nos termos da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, se reveste de grande interesse nacional ao inserir-se num regime que visa criar condições que permitam a liquidez nos mercados financeiros com vista à manutenção da estabilidade financeira e ao financiamento regular da economia;

Considerando que foram ouvidos o Banco de Portugal e o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P., nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro;

Instruído o processo ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 10.º da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro e no artigo 3.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro.

Assim:

1 — Autorizo a concessão da garantia pessoal do Estado, para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pela Caixa Geral de Depósitos, S. A., nas condições constantes da ficha técnica anexa.

2 — Determino a fixação da taxa de garantia em 1,348 % ao ano, nos termos do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 4.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, conjugado com o anexo revisto pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro.

15 de Dezembro de 2011. — A Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

Ficha técnica

Emitente: Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Finalidade: O empréstimo obrigacionista permitirá à Caixa Geral de Depósitos, S. A. preservar a carteira de títulos elegíveis para utilização em operações de política monetária do BCE e assegurar a manutenção da sua actividade normal de concessão de crédito à economia.

Montante da Emissão: Até EUR 2 800 000 000.

Modalidade: Obrigações não subordinadas de taxa variável em Euros. «Lead Manager»: Caixa — Banco de Investimento, S. A.

Valor nominal: EUR 50 000.

Prazo: 3 anos.

Reembolso: *Bullet*, no termo do prazo de 3 anos da emissão.

Cupão: Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* a determinar na data de colocação da emissão.

Pagamento de Juros: Os juros serão pagos semestral e postecipadamente.

Admissão à Negociação: Mercado regulamentado português Euro-next Lisboa.

Legislação Aplicável: Portuguesa.

Garante: República Portuguesa.

205481087

Despacho n.º 17154/2011

Considerando que o Banco Espírito Santo, S. A., pretende emitir um empréstimo obrigacionista, até ao montante de EUR 1 000 000 000,

destinado a reforçar o cumprimento das suas obrigações no âmbito das respectivas operações de financiamento colateralizadas ou de prestação de garantias que se revelem necessárias à prossecução da sua normal de concessão de crédito à economia;

Considerando que o referido empréstimo, concedido nos termos da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, se reveste de grande interesse nacional ao inserir-se num regime que visa criar condições que permitam a liquidez nos mercados financeiros com vista à manutenção da estabilidade financeira e ao financiamento regular da economia;

Considerando que foram ouvidos o Banco de Portugal e o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P., nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro;

Instruído o processo ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 10.º da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro e no artigo 3.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro;

Assim:

1 — Autorizo a concessão da garantia pessoal do Estado, para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pelo Banco Espírito Santo, S. A., nas condições constantes da ficha técnica anexa.

2 — Determino a fixação da taxa de garantia em 1,348 % ao ano, nos termos do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 4.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, conjugado com o anexo revisto pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro.

15 de Dezembro de 2011. — A Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, *Maria Luísa Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

Ficha técnica

Emitente: Banco Espírito Santo, S. A.

Finalidade: O empréstimo obrigacionista permitirá ao Banco Espírito Santo reforçar os colaterais em operações necessárias à prossecução da sua actividade normal de concessão de crédito à economia.

Montante da Emissão: Até EUR 1 000 000 000.

Modalidade: Obrigações não subordinadas de taxa variável em Euros.

«Lead Manager»: Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.

Valor nominal: EUR 50 000.

Prazo: 3 anos.

Reembolso: *Bullet*, no termo do prazo de 3 anos da emissão ou, antecipadamente, em qualquer data de pagamento de juros, mediante pré-aviso de não menos de 30 e não mais de 60 dias.

Cupão: Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* a determinar na data de colocação da emissão.

Pagamento de Juros: Os juros serão pagos trimestral e postecipadamente.

Admissão à Negociação: Mercado regulamentado português Euronext Lisboa.

Legislação Aplicável: Portuguesa.

Garante: República Portuguesa.

205481054

Secretaria-Geral

Aviso n.º 24516/2011

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado, da carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, aprovado para o ano de 2011, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso de abertura n.º 15705/2011, publicado no *Diário da República* n.º 153, de 10 de Agosto de 2011.

Candidatos aprovados

Lista unitária de ordenação final

Ordenação	Nome	Classificação final
1.º	Dália Maria Libório Carvalho Marques. . .	19,1 valores
2.º	Maria João Almeida Correia Neves.	16,53 valores
3.º	Carlos Alberto Consolação	14,4 valores
4.º	Maria do Céu Mateus Teixeira Lopes	12,50 valores

A presente lista foi homologada por despacho, de 14 de Dezembro de 2011, da Secretária-Geral do Ministério das Finanças, tendo sido afixada no edifício-sede e publicitada na página electrónica deste Organismo.

15 de Dezembro de 2011. — A Secretária-Geral, *Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes*.

205479621

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Despacho n.º 17155/2011

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do artigo 73.º do Regime da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, em conjugação com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro, aplicável por via do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010 de 2 de Março, torna-se público que a trabalhadora, Amélia de Jesus Moreno dos Santos Oliveira, concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira/categoria de assistente técnico, na sequência de celebração, em 1 de Julho de 2011, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme despacho de homologação de 13 de Dezembro de 2011.

15 de Dezembro de 2011. — O Director-Geral, *Luis Pinto*.

205483177

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 17156/2011

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugados com o n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º, e a alínea c) do n.º 1 do artigo 76, todos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, em conjugação com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de Setembro, e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010 de 1 de Março, e após homologação da Acta do Júri constituído para o efeito, torna-se público a conclusão, com sucesso, do período experimental, na categoria/carreira de técnico superior do trabalhador, Hugo Manuel Martins de Almeida.

12 de Dezembro de 2011. — O Director do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205479208

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Louvor n.º 2002/2011

Louvo a 1SAR/SAS (111362-D), Helena Sofia Ferreira da Silva Vilar de Jesus, pela extraordinária competência profissional com que ao longo dos últimos 4 anos tem vindo a desempenhar as funções que lhe têm sido atribuídas no âmbito do programa do Dia Da Defesa Nacional, na Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

Como responsável pelo apoio logístico ao funcionamento dos Centros de Divulgação de Defesa Nacional, conseguiu, graças à sua grande facilidade de relacionamento e elevado espírito de sacrifício e de obediência, solucionar as situações que se lhe foram deparando através da adopção de medidas que permitiram maximizar o bom relacionamento com as Unidades, sendo de destacar o início dos ciclos do Dia da Defesa Nacional e todo o acompanhamento diário prestado aos vários Centros espalhados pelo País, muito contribuindo, dessa forma, para o prestígio do Dia da Defesa Nacional.

É ainda de salientar o seu empenho e abnegação na forma extremamente cuidada e profissional como tem vindo a acompanhar e a resolver os mais variados assuntos de carácter administrativos, que diariamente lhe são colocados pelas equipas de Divulgação do Dia da Defesa Nacional que operam nos diferentes Centros de Divulgação espalhados pelo País, sendo também de grande justiça enaltecer o seu empenho e dedicação na forma assertiva como gere a emissão de segundas vias da Cédula Militar, sempre que os cidadãos recorrem aos serviços da DGPRM.